
**ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA,
EM SÉRIE ÚNICA, DA BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**

ENTRE

BANDEIRANTE ENERGIA S.A.
como Emissora,

E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

8 de junho de 2010.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: EDP Diretoria]

Pelo presente instrumento particular,

BANDEIRANTE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na Rua Bandeira Paulista, nº 530, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 02.302.100/0001-06, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado,

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Emissora ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

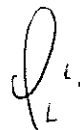
A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 26 de maio de 2010 ("RCA"), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, nominativas, escriturais, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 400", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.1.1. A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 02 de junho de 2010, sob o número 189.022/10-3, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Brasil Econômico, edição nacional em 8 de junho de 2010.



2.2. Inscrição da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus aditamentos serão inscritos na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, em até 05 (cinco) dias da data de sua respectiva celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.3.1. O registro da Oferta será requerido à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) por meio do Procedimento Simplificado instituído pela Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 (“Instrução CVM 471”), sendo a Oferta previamente submetida à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (“ANBIMA”), por meio do convênio firmado entre CVM e ANBIMA, e em observância ao disposto no “Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”) e para negociação no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e no Sistema BovespaFix, respectivamente, ambos administrado e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo as debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto (a) a exploração de serviços públicos de energia elétrica, podendo estudar, planejar, projetar, desenvolver, construir e explorar os respectivos sistemas, bem como prestar serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser delegados, e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos; (b) gerir ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades, bem como estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; (c) prestar quaisquer serviços, de natureza pública ou privada, correlatos à gestão de ativos de distribuição de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (d) contribuir para a preservação do meio ambiente no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: EDP Diretoria Jurídica]

3.2. Número de Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 4ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão, conforme definida no item 4.1.8 a seguir.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. A totalidade dos recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures após o pagamento das despesas e comissões da Oferta será destinada à recomposição de caixa, ao pagamento parcial de dívidas e ao financiamento do capital de giro da Companhia.

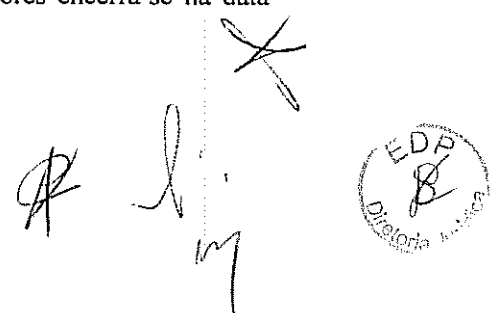
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, no montante de R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões de reais), de forma individual e não-solidária prestada pelo Banco Bradesco BBI S.A. e pelo BB – Banco de Investimento S.A. ("Coordenadores"), conforme os termos e condições estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, em Regime de Garantia Firme, da Bandeirante Energia S.A. ("Contrato de Distribuição") celebrado na presente data entre a Emissora e os Coordenadores.

3.5.2. O plano de distribuição a ser elaborado pelos Coordenadores, nos termos do § 3º do Artigo 33 da Instrução CVM 400, levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, ao elaborarem o plano de distribuição, deverão, adicionalmente, assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos Prospectos (conforme definido na Cláusula 9.2 abaixo) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

3.5.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo, nos termos da Instrução CVM 400.

3.5.4 O prazo máximo para colocação pública das Debêntures será de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição"), sendo que o exercício da garantia firme outorgada pelos Coordenadores será em até 3 (três) dias úteis a contar da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Garantia Firme"). O prazo de subscrição das Debêntures pelos investidores encerra-se na data limite do Prazo de Garantia Firme.



Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text "EDP" and "Diretoria" with a signature inside.

3.5.5. Não haverá a possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

3.5.6. Será realizada coleta de intenção de investimentos ("Procedimento de Bookbuilding"), sem recebimento de reservas e sem definição de lotes mínimos ou máximos de aquisição de Debêntures, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, para a definição da Remuneração.

3.6. Limite Legal

3.6.1. Nos termos do parágrafo 4º do artigo 60 da Lei das Sociedade por Ações, à Emissão das Debêntures da espécie subordinadas não se aplicam os limites estabelecidos nesse artigo.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário e Escriturador").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido a seguir) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 39.000 (trinta e nove mil) Debêntures.

4.1.3. Número de Séries: A Emissão será realizada em uma única série.

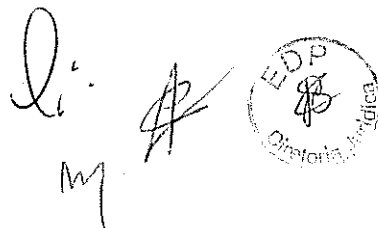
4.1.4. Tipo e Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.1.6. Espécie: As Debêntures são da espécie subordinada.

4.1.7. Conversibilidade: As Debêntures são não-conversíveis em ações.

li.
M.

A circular stamp with the text "EDP" at the top and "Departamento Jurídico" at the bottom. In the center of the stamp is a stylized logo. To the left of the stamp are handwritten initials "li." and "M.".

4.1.8. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de Emissão é 1º de julho de 2010 (“Data de Emissão”).

4.1.9. Prazo e Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 6 (seis) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de julho de 2016 (“Data de Vencimento”). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em uma única parcela do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures que ainda estiverem em circulação, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir) devida na Data de Vencimento.

4.2. Amortização e Remuneração

4.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário a partir da Data de Emissão, a serem pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido a seguir) de acordo com a fórmula a seguir. A taxa de juros aplicável às Debêntures será definida em Procedimento de *Bookbuilding*, observada a taxa máxima de 1,50% (um vírgula cinquenta centésimos por cento) ao ano da acumulação das taxas médias diárias dos DI “over extra grupo” – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”). A presente Escritura será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2.2. Atualização: O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

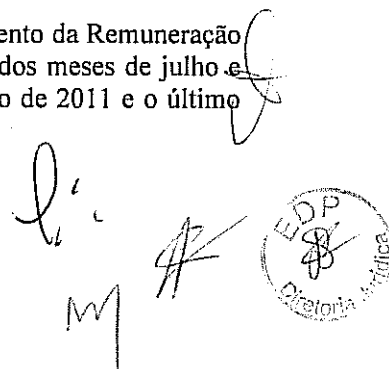
4.2.3. Amortização: As Debêntures serão objeto de amortização semestral do principal, a partir do 48º mês (“Data de Amortização”), respeitadas as seguintes proporções:

Data de Amortização	Percentual de Amortização
1º de julho de 2014	20%
1º de janeiro de 2015	20%
1º de julho de 2015	20%
1º de janeiro de 2016	20%
1º de julho de 2016	20%

4.2.4. Juros Remuneratórios

4.2.4.1. Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios nos termos do item 4.2.1 acima, apurados com base na acumulação da Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido a seguir), conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive) (“Remuneração”). A definição da taxa de juros será realizada em Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2.4.2. Periodicidade de Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração será feito semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 1º dos meses de julho e janeiro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de janeiro de 2011 e o último



pagamento em 1º de julho de 2016 (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

4.2.4.3. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.4.4. Fórmula para Cálculo da Remuneração: A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

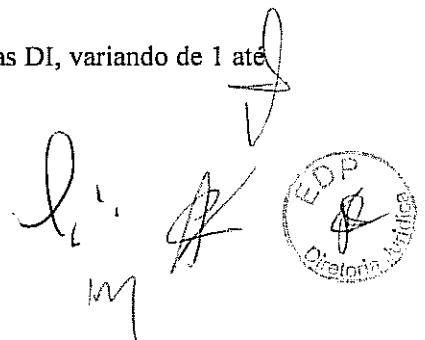
FatorDI produtório dos fatores das Taxas DI com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n número total de fatores das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;



Handwritten signatures and a circular stamp of EDP Orelaria Unificada.

TDI_k fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread spread ou sobretaxa, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding* conforme estabelecido nessa Escritura;

n número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DP número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DT número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "DT" um número inteiro.

Observações:

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

[Handwritten signature]



Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.4.5. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte, exclusive.

4.2.4.6. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.4.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.4.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, o Agente Fiduciário deverá, no primeiro dia útil seguinte ao prazo de 10 (dez) dias ora mencionado, convocar Assembléia Geral de Debenturistas (“AGD”) (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.4.8.1. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida assembléia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

4.2.4.9. No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, será utilizado o parâmetro que vier a substituí-lo, devendo o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da substituição, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para ratificar o parâmetro a ser aplicado.

4.2.4.9.1. Em caso de substituição da Taxa DI por outro índice equivalente no mercado, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI, convocar AGD, a ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias da convocação, para definir, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n. 13 de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



4.2.4.10. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva AGD, qual a alternativa escolhida:

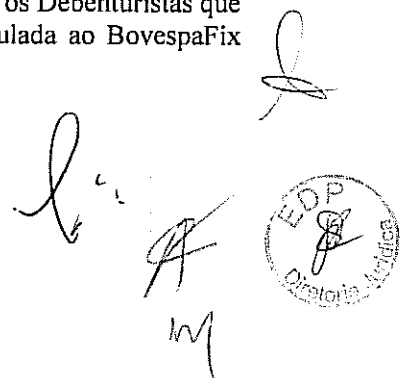
- (i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última Taxa DI disponível, conforme o caso; ou
- (ii) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nessa alternativa, caso a Emissora pretenda realizar o resgate das Debêntures em mais de uma data, o resgate deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para resgate das Debêntures e até o resgate integral das Debêntures será utilizado o parâmetro de remuneração a ser definido em AGD, por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, apresentada à Emissora na AGD a que se refere este item.

4.2.4.11. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador para os Debenturistas que não estejam com suas debêntures depositadas em custódia vinculada ao BOVESPAFIX e/ou ao SND.

4.3. Condições de Subscrição e Integralização e Condições de Pagamento

4.3.1. Preço de Subscrição e Forma de Integralização: A integralização será à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme aplicável, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir), calculada *pro rata temporis* desde a data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, utilizando-se duas casas decimais, sem arredondamento ("Data da Subscrição").

4.3.2. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, nos termos da cláusula 4.2 desta Escritura, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP ou por meio do Banco Mandatário e Escriturador para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.



The block contains several handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from 'EDP Orotaria - RJ' and features a signature inside it. There are also other handwritten marks, including what looks like 'L', 'A', and 'M'.

4.3.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.3.4. Multa e Encargos Moratórios: Sem prejuízo do disposto na Cláusula V a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração aplicável e, além disso, ficará sujeito a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para a cobrança, desde que devidamente comprovadas.

4.3.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de nenhum rendimento, acréscimo ou encargo moratório no período correspondente à data em que os recursos foram colocados à disposição para pagamento e a data efetiva de comparecimento do Debenturista para recebimento desses recursos, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

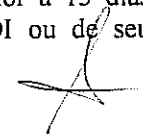
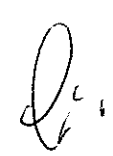



4.3.6. Imunidade de Debenturistas: Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que caso o Debenturista não envie a referida documentação à Emissora, esta fará as retenções de tributos conforme previsto em Lei.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.5. Resgate Antecipado

4.5.1. As Debêntures não poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, exceto na hipótese de não concordância dos titulares de Debêntures representando 2/3 das Debêntures em circulação acerca de novo parâmetro de remuneração, quando da ausência de apuração e/ou de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 dias consecutivos ou extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI ou de seu substituto, conforme disposto no item 4.2.4.10. acima.

4.6. Aquisição Facultativa

4.6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

4.7. Publicidade

4.7.1. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, em até 10 (dez) dias, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Brasil Econômico, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *Internet* (www.bandeirante.com.br).

4.8. Liquidez e Estabilização

4.8.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.9. Fundo de Amortização

4.9.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nos itens a seguir e o prazo de carência do item “a” abaixo em relação ao evento nele previsto, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;



- (b) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- (c) pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- (d) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (e) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (f) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e
- (g) transformação da Emissora em sociedade limitada.

5.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados a seguir, observados os respectivos prazos de carência previstos abaixo, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a ser realizada observado o quorum específico estabelecido na Cláusula 5.3., na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Vencimento Antecipado por meio de AGD"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do item 5.1. acima, não sanada em 30 (trinta) dias contados da data do inadimplemento;
- (b) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em valor unitário ou cumulativo que ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia nesta Escritura;
- (c) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta;

l. c.

AF

MY



- (e) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Para fins da presente Cláusula 5.2. (e) "Dívida Bruta" representa a dívida financeira total subtraída dos empréstimos regulatórios do BNDES e "EBITDA" é o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização.

O índice financeiro estabelecido acima será apurado semestralmente, sendo que será utilizado o EBITDA referente ao período de apuração de 12 (doze) meses anteriores à data da apuração.

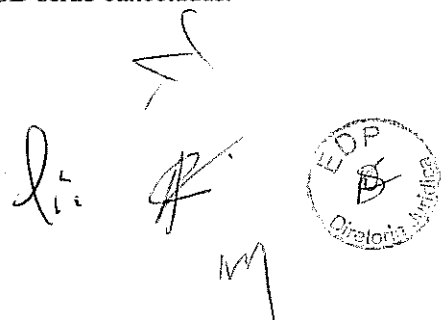
- (f) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), exceto se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) o protesto for cancelado, em qualquer hipótese, ou (iii) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário; e

- (g) alienação de controle acionário direto da EDP – Energias do Brasil S.A. ("EnBr") que acarrete uma redução da classificação de risco (*rating*) corporativo da Emissora, exceto se a (i) EDP – Energias de Portugal S.A. ("Energias de Portugal"), direta ou indiretamente remanescer como detentora do maior número de ações com direito a voto da EnBr e mantiver, isoladamente ou em conjunto com outros acionistas, a maioria do Conselho de Administração da EnBr com direito a voto da EnBr, ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

5.2.1. Exclusivamente com relação à cláusula 5.2. (a) acima, fica entendido que o Agente Fiduciário somente poderá convocar a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, após o decurso do período de cura nela previsto.

5.3. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula 5.2., o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.4. As Debêntures resgatadas em decorrência das hipóteses de Vencimento Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado por AGD serão canceladas.





The block contains handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from "EDP - Energias de Portugal" and has a signature inside it. There are other handwritten marks and initials around the stamp.

CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

6.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora;
- (b) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM 247 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (c) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (d) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no 3º (terceiro) dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (e) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado referidas na Cláusula V, 1 (um) dia útil após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;

(g) cópia de qualquer comunicação enviada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL à Emissora relativa a uma causa de término de sua concessão; e

(h) demonstrativo de apuração dos índices financeiros, na forma do item 5.2 (e).

6.1.2. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

6.1.3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções da CVM aplicáveis.

6.1.4. Estruturar e manter em adequado funcionamento o atendimento aos Debenturistas.

6.1.5. Contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ("Agências de Rating") ou qualquer agência internacional de *rating* que as suceda caso qualquer destas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal avaliação ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco; e (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures 1 (um) dia útil após referida alteração.

6.1.6. Manter válidos e regulares todos os alvarás, concessões, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao regular funcionamento da Emissora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto.

6.1.7. Proceder à publicação tempestiva das demonstrações financeiras e dos demais documentos conforme exigidos pela legislação aplicável.

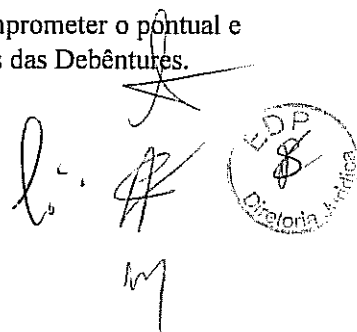
6.1.8. Promover a adequada divulgação de atos ou fatos relevantes nos termos da regulamentação aplicável.

6.1.9. Manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários.

6.1.10. Cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando ainda as informações que lhe forem solicitadas.

6.1.11. Manter seus bens e ativos devidamente segurados, de acordo com os padrões adotados pelo grupo econômico Energias do Brasil, em que a Companhia se integra.

6.1.12. Não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures.



The block contains handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is from the "Diretoria Administrativa" (Administrative Directorate) and features a dollar sign (\$) in the center. There are several handwritten initials and signatures over the stamp and to its left.

6.1.13. Cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

6.1.14. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão.

6.1.15. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.4 acima.

CLÁUSULA VII **AGENTE FIDUCIÁRIO**

7.1. Nomeação

7.1.1. A Emissora constituiu e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima identificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) 6 (seis) parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais) cada, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia após a data de integralização das Debêntures, e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- (b) as parcelas citadas na alínea "a" supra serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento até as datas dos pagamentos subseqüentes, calculadas *pro rata die*, se necessário;
- (c) as parcelas da remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, executando-se Imposto sobre a Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.2.1.1 A remuneração prevista no caput desta cláusula será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o agente fiduciário ainda esteja atuando na cobrança na inadimplência de obrigações referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

Li. #
my



7.2.1.2 Não estão incluídas na remuneração eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora.

7.2.1.3 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma da Cláusula 7.6 a seguir.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, conforme disposto no item 7.3.6 a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo a sua substituição.

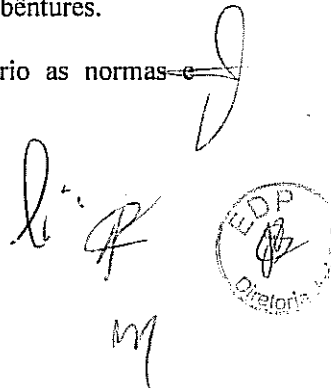
7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o item 7.3.2 acima.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCESP.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura, ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

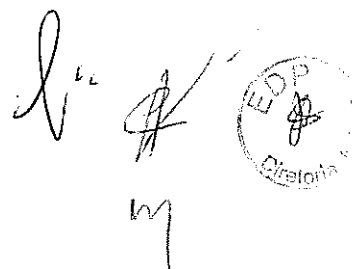
7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

Handwritten signature and a circular stamp. The stamp contains the text "EDP" at the top, a signature in the center, and "Diretoria" at the bottom.

7.4. Deveres

7.4.1. Além de outros previstos em lei, em atos normativos da CVM, ou na presente Escritura, consistem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que estejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures e da Emissão, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante a órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a AGD mediante anúncio publicado, por 3 (três) vezes, nos veículos de comunicação referidos no item 4.7.1 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, um dia após a data da primeira

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text 'EDP' at the top, a stylized signature in the center, and 'Diretoria' at the bottom. Below the stamp, there is another handwritten mark that looks like the letter 'm'.

publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, a proposta a ser submetida à AGD;

- (l) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata referida assembléia;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. aquisição facultativa e pagamento de Remuneração realizadas no período;
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - viii. declaração, sobre aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - ix. resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - x. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (n) colocar à disposição o relatório de que trata o inciso “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) em seus escritórios;

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: EDP Diretoria Jurídica]

- (n.3) na CVM;
- (n.4) na CETIP
- (n.5) na BM&FBOVESPA; e
- (n.6) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (o) publicar, às expensas da Emissora mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “n” acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Mandatário e Escriturador, a BM&FBOVESPA e/ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula V acima, notificar os Debenturistas, por edital, nos termos do item 4.7.1 acima, (i) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos na hipótese de descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, nos termos da alínea “a” do item 5.1. acima; (ii) no prazo máximo de 20 (vinte) dias na hipótese de qualquer outro inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à BM&FBOVESPA;
- (s) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 6.1.5 acima bem como encaminhar à ANBIMA o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que tiver ciência de sua divulgação;
- (t) fornecer à Emissora, a cada 15 (quinze) dias e/ou imediatamente quando por solicitação desta, lista de titulares das Debêntures atualizada; e
- (u) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas.

7.5. Atribuições Específicas

7.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:



- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando a tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.





7.6. Despesas

7.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.6.2. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas mencionadas no item 7.6.1. acima para o fim de ser por ela ressarcido em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.6.2.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma do item 7.6.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.3.1. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula 7.6.3 acima, os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior à sua participação das Debêntures em circulação quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação no total das Debêntures em circulação.

7.6.4. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses Debenturistas.

CLÁUSULA VIII

ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

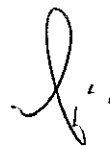



8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembléia ou do voto proferido na respectiva AGD.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas: (a) mantidas em tesouraria pela Emissora; (b) as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) controladoras (ou grupo de controle) e/ou coligadas da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, bem como as Debêntures de titularidade de Diretores, Conselheiros e seus parentes até segundo grau. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGD.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada “Debênture em Circulação” caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, observado que (i) as alterações nas condições de vencimento antecipado não automático (ou seja, cláusula 5.2), alterações referentes à forma, ao resgate e às espécie das Debêntures, bem como os encargos aplicáveis às Debêntures e a periodicidade de pagamento de juros remuneratórios das Debêntures, deverão contar com a aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; (ii) alterações na Remuneração e/ou Prazos e condições de Vencimento, excetuando-se as alterações na Remuneração e/ou na Amortização, decorrentes do disposto no item 4.2.4.9, Repactuação ou Amortização das Debêntures, bem como nas condições de vencimento antecipado automático (ou seja, cláusula 5.1.) e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA IX

[Handwritten signatures and stamps]

[Circular stamp: EDP, Diretoria, 14/11/2014]

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

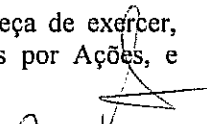



9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser uma sociedade validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação atualmente vigente;
- (j) ter verificado a veracidade das informações contidas nesta Escritura;
- (k) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (l) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (m) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura.

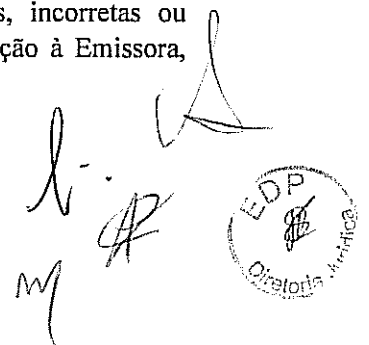
9.1.1. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

9.2. A Emissora neste ato declara e garante:

- (a) não ter nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- (b) que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (c) que as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm legitimidade e poderes bastante para tanto;
- (d) que a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (e) que todas as autorizações societárias e consentimentos necessários à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (f) exceto pela concessão do registro das Debêntures na CVM, ANBIMA, CETIP e na BM&FBOVESPA, a Emissora está devidamente autorizada e obteve todas as licenças, registros e autorizações necessários à celebração, formalização e cumprimento, conforme o caso, desta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os termos desta Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (c) os limites de endividamento da Emissora previstos no art. 60 da Lei das Sociedades por Ações; ou (d) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, nesta data;
- (j) os prospectos preliminar e definitivo da Oferta ("Prospecto Preliminar", "Prospecto Definitivo" e, em conjunto, "Prospectos") e o formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 ("Formulário de Referência") conterão, nas suas respectivas datas: (a) todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora, no contexto da Oferta, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, insuficientes, inconsistentes, incorretas ou inverídicas; e (b) as informações, fatos e declarações em relação à Emissora,

The block contains handwritten signatures and a circular stamp. There are three distinct signatures in dark ink. To the right of the signatures is a circular stamp with the text "EDP" at the top and "Diretoria Administrativa" around the bottom edge. In the center of the stamp is a stylized logo.

necessárias para que os investidores possam formar criteriosamente a sua decisão de investimento nas Debêntures, sendo essas informações, fatos e declarações verdadeiras, precisas, claras, atuais, objetivas, em linguagem acessível;

- (k) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas no Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (l) as demonstrações financeiras da Emissora, constantes do Prospecto e do Formulário de Referência, representam corretamente a posição financeira da Emissora nas datas de sua elaboração e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; e
- (m) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora e no Formulário de Referência, não é, nesta data, de conhecimento da Emissora a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

9.2.1. A Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, imprecisas ou incorretas.

CLÁUSULA X

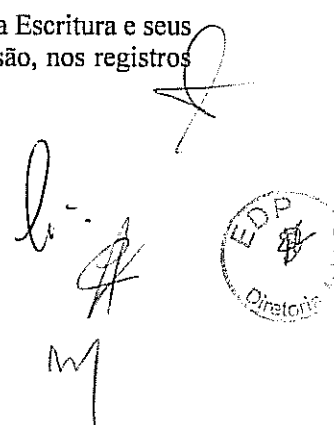
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

10.1.1. Não se presume a renúncia a quaisquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Custos de Registro

10.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.



Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is circular with the text 'EDP' at the top and 'Diretoria' at the bottom. There are several handwritten marks, including a large 'X' and some illegible signatures.

10.3. Comunicações

10.3.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer uma das partes, nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para Emissora:

Bandeirante Energia S.A.

Rua Bandeira Paulista, nº 530

CEP: 04532-001, São Paulo, SP

At.: Sr. Carlos Emanuel Andrade

Telefone: (11) 2185-5986

FAX: (11) 2185-5904

E-mail: carlos.andrade@edpbr.com.br

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.

Rua. Dr. Renato Paes De Barros, nº 717, 6º e 10º andares

CEP: 04530-001

At.: Felipe Coimbra Aloí André

Telefone: 011 – 3048-9915

Fac-símile: 011 – 3048-9900

E-mail: felipe@slw.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Av. Yara, s/n – Cidade de Deus – Prédio Amarelo – 2º andar

CEP: 06029-900 – Osasco - SP

At.: Marcelo Poli

Telefone: 3684-7654

Fac-símile: 3684-2714

E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP

Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP

Site: www.bmfbovespa.com.br

Para a CETIP:

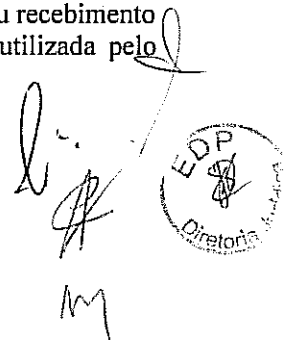
CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP

Site: www.cetip.com.br

10.3.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo



remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.3.3. A mudança de qualquer um dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pelo Agente Fiduciário ou pela Emissora.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

10.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.5. Efeito Vinculante

10.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.6. Independência das disposições

10.6.1. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

10.7. Lei Aplicável


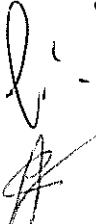


10.7.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.8. Foro

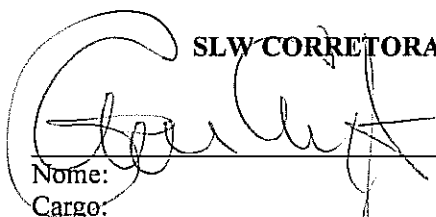
10.8.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 8 de junho de 2010.

Página de assinaturas da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia S.A.

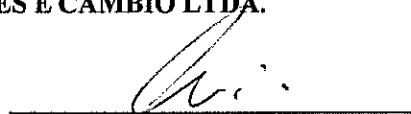


Nome:

Cargo:

Felipe Coimbra Alói André
Diretoria Compliance
SLW CVC Ltda.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.



Nome:


Cargo:

Gregoli Pedroso Tasso
Depto. Agente Fiduciário
SLWCVC LTDA.



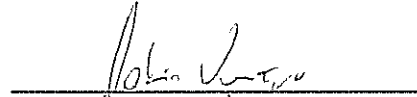
Página de assinaturas da Escritura Particular da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples,
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da Bandeirante Energia
S.A.

TESTEMUNHAS:


Nome: Cleverson Munakata

RG: 28.901.618-6 - SSP-SP

CPF: 268.649.628-22 - SSP-SP


Nome: Fabio Venturini

RG: 35.907.330-3 - SSP-SP

CPF: 334.518.978-28 - SSP-SP



